
A retomada da base de Alcântara pela imprensa: onde estão os quilombolas?¹

Marisvaldo Silva Lima²
Carlos Augusto Locatelli³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Investiga-se se e como os quilombolas de Alcântara (MA) foram tratados e enquadrados pelos jornais *Folha de S.Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo* na cobertura sobre a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado entre Brasil e Estados Unidos em 2019. A perspectiva teórica do trabalho assenta-se no conceito de esfera pública (HABERMAS, 1962, 2003), abordando, entre outros pontos, a relação entre jornalismo e opinião pública (LIPPMANN, 2010; HABERMAS, 2003), o papel da visibilidade midiática (MAIA, 2008) e a forma com que a variedade de argumentos e pluralidade de vozes influencia a esfera e o debate público. A análise crítica de discurso (ACD) proposta por Fairclough (2003) fornece as bases teórico-metodológicas para a avaliação de um *corpus* de 131 materiais publicados entre 3 de março e 3 de abril de 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, Imprensa; Quilombolas; Acordo Brasil - Estados Unidos; Base de Alcântara.

INTRODUÇÃO

No curso da história, certos temas têm inserção e durabilidade diferenciadas na esfera pública. É o caso da base de lançamento de foguetes instalada na cidade de Alcântara (MA), que desde sua implantação, na década de 1980, acessa com certa frequência esse lócus de discutibilidade, seja pelas tensões territoriais decorrentes de sua instalação, pelos discursos ufanistas gerados a partir da tecnologia espacial ou pelos debates deliberacionistas em torno da base.

Em 26 de junho de 2018, um projeto de ampliação e cessão comercial da base de Alcântara colocou o assunto novamente em pauta, tendo como ápice o dia 18 de março de 2019, quando os governos brasileiro e norte-americano assinam o Acordo de

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGJor / UFSC, email: mlimajornalista@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do PPGJor / UFSC: locatelli.jor@gmail.com.

Salvuardas Tecnológicas (AST). O documento marca a retomada do projeto da base de lançamento de Alcântara também pela imprensa.

A promessa de ceder a base para uso norte-americano foi uma das principais bandeiras de campanha do presidente Jair Bolsonaro no pleito eleitoral de 2018 e a cerimônia de assinatura do AST, realizada em sua primeira viagem oficial como chefe do Poder Executivo, foi celebrada como uma vitória por setores liberais da política e economia, que passam a exercer pressão para que o projeto seja aprovado pelo Legislativo. O argumento mais utilizado é o de que seria possível arrecadar cerca R\$ 37 bilhões por ano “alugando” a base a países interessados em lançar projéteis a partir de solo brasileiro.

Essa não é a primeira vez que um projeto de acordo com os Estados Unidos é apresentado. Em 2001, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, um documento semelhante foi assinado e, quando levado à apreciação da Câmara dos Deputados, foi negado por se interpretar que colocava em risco a soberania nacional.

A base de Alcântara voltou a surgir positivamente na esfera midiática, com a promessa de lançamento, em 2003 - durante o governo Lula -, de um Veículo Lançador de Satélites (VLS) levando dois artefatos de observação terrestre. No entanto, as turbinas foram acionadas três dias antes do previsto, em 22 de agosto de 2003, pontualmente às 13h26min, ocasionando a morte de 21 técnicos e engenheiros brasileiros, além de perdas significativas ao Programa Espacial do país. Após investigações, a comissão responsável descartou possibilidade de interferência climática, grosseira falha humana ou sabotagem.

Um novo acordo de cooperação internacional foi firmado nesse mesmo ano com a Ucrânia e culminou com a criação da empresa binacional *Alcântara Cyclone Space*. Pelos termos do documento, caberia à Ucrânia o desenvolvimento de foguete e ao Brasil ofertar a infraestrutura de solo. Entretanto, em 2015, o governo Dilma Rousseff manifestou desejo de deixar o acordo sob a alegação de falta de visibilidade comercial, dando início ao processo de liquidação da empresa e sua consequente extinção, em novembro de 2018, por Medida Provisória editada pelo então presidente Michel Temer.

Todo o percurso histórico da utopia espacial em terras alcantarenses é marcado em outro polo pela luta e resistência das comunidades remanescentes de quilombolas na preservação de seu direito à terra tradicionalmente ocupada e à manutenção de seus modos de vida. Os remanejamentos compulsórios ocorridos entre os anos de 1986 a

1988, período em que 312 famílias de diversas comunidades foram retiradas de suas casas e alocadas em novas áreas, muitas delas com características completamente desvantajosas em relação às anteriores, são um exemplo emblemático do poder que grandes projetos desenvolvimentistas têm de suplantar as reivindicações de minorias sociais e étnicas.

Mas as ameaças de remoções não ficaram somente na memória. Tornou-se uma constante com as quais as famílias têm de lidar e contra a qual tiveram de aprender a se organizar ao longo de três décadas. Essas ressurgem com força a partir de 2010, com lançamento do Plano Diretor da base, que prevê a ampliação do CLA por uma área de mais de 12 mil hectares, na qual residem mais de 800 famílias (STTR, 2019)⁴.

Nesse sentido, os esforços do governo a partir da assinatura do AST são para garantir que a proposta seja aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados. Para isso, editou trechos passíveis de interpretações desvantajosas ou que possam ser contestados, como ocorreu no passado, por se entender que facilitariam a ingerência de americanos na base maranhense.

Dado o contexto, o objetivo desse artigo é entender de que forma o jornalismo brasileiro trata e enquadra a retomada do projeto da base de lançamento de foguetes. Trata-se de um primeiro passo de um projeto de pesquisa mais amplo que pretende cartografar e compreender como o discurso jornalístico aborda historicamente os quilombolas, em especial os de Alcântara, alinhando-se a iniciativas como os estudos de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2001; 2006; 2010; 2016) e outros pesquisadores no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que têm se dedicado a identificar o fenômeno em outras formas de discurso – como os produzidos nas áreas jurídica, política e científica, entre outros.

JORNALISMO E OPINIÃO PÚBLICA

⁴ Desde 2008, os quilombolas possuem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) que assegura sua área de 78,1 mil hectares – e delimita a do CLA em 9,3 mil hectares. Disponível em <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/informativos_incra_sede/informativos_2008/novembro/Informativo_071108.pdf> Com a ampliação, de acordo com a Carta De Alcântara Ao Congresso Nacional, publicada 28 de junho de 2019, a área disponível para a base passa a ser de 20 mil hectares. O documento foi encabeçado Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Alcântara (SINTRAF), Associação do Território Quilombola de Alcântara (ATEQUILA), Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA).

Opinião pública é hoje um termo facilmente apropriado para classificar o que se considera a opinião de uma maioria e faz parte do vocabulário, formal e informal, associado principalmente a pesquisas por amostragem. Habermas (2003) discute as funções da esfera pública e seu papel na formação de um consenso. Para ele, esse acordo homogêneo que é fruto do julgamento racional é a opinião pública.

O conceito transita por diversas áreas do conhecimento, como a ciência política, a sociologia e a comunicação e pode ser definido a partir de diversos matizes, o que dificulta inclusive a sua simples. Conforme Cervellini e Figueiredo (1975, p. 172) “[...] uma conceitualização que se pretenda universal deve utilizar os instrumentos dessas diversas ciências, ou seja, a abordagem teria que ser necessariamente multidisciplinar”. No campo da Comunicação, o conceito tem lugar em Lippmann (com Opinião pública, publicado a primeira vez em 1922) e forte presença na teoria do agendamento, formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw, na década de 1960.

Lippmann (2010), relaciona o jornalismo e a formação de uma opinião pública. Para ele, as notícias têm um papel importante na construção dessa opinião nas sociedades modernas, pois são as ideias apresentadas pelo noticiário que influenciam e pautam as decisões cotidianas das pessoas. Os meios de comunicação são importantes nessas sociedades, pois estes mediam o contato com realidades não alcançáveis presencialmente. Para este trabalho, que não se propõe, entretanto, a fazer um estado da arte sobre o tema, adota-se a ideia de opinião pública como o consenso provisório do julgamento de discursos que emergem na esfera pública.

É inegável o fato de que no funcionamento de uma sociedade democrática opinião pública e jornalismo estão em constante diálogo e exercem influência um sobre o outro mutuamente. Na medida em que a imprensa reivindica para si o papel de fiscalizar a política e as instituições, a opinião pública, na visão deliberacionista, age no sentido de pressionar governantes à tomada de decisão que mais se adequaria ao bem comum.

VISIBILIDADE MIDIÁTICA PARA A CIDADANIA

Durante boa parte da história da humanidade a visibilidade dos fatos ocorria de forma presencial, no entanto, por conta dos avanços tecnológicos e especificidades técnicas dos meios de comunicação, na contemporaneidade, ela é o resultado do alcance

que os media proporcionam. É por meio dos meios de comunicação que os acontecimentos são socializados de forma quase imediata, disseminando e provocando o reconhecimento dos diversos modos de vida e o intercâmbio entre eles na sociedade.

Visibilidade midiática é um conceito de imensa importância para as pesquisas que têm como objetivo investigar a relação entre mídia e sociedade. Rousiley Maia (2002) discute a formação de uma esfera pública midiática composta por “[...] diferentes tipos de mídia, com formatos distintos de organização, funcionamento e regulamentação, apresentam especificidades irreduzíveis, constituindo uma produção diversificada e descentralizada” (MAIA, 2002, p. 07). A autora defende que “o espaço de visibilidade midiática é constituído por uma complexidade de conteúdos: materiais culturais e artísticos, de entretenimento, jornalismo de diferentes formatos, documentários, peças publicitárias” (MAIA, 2002, p. 07).

Por colocar em evidência uma diversidade de vozes e materiais (informativos e não informativos) que ajudam a compor a formação de uma opinião pública, a mídia é constantemente alvo de disputa por agentes e grupos que, por vezes, manifestam posicionamentos divergentes. Dessa forma, compreendemos que o próprio sistema midiático proporciona a visibilidade de certas pautas promovidas pelos agentes e, conseqüentemente, contribui de forma ímpar para a formação de um debate público, como ressalta Maia (2008a, p. 18):

Como não há, na sociedade contemporânea, outro fórum que se iguale aos meios de comunicação de massa em termos de alcance e de repercussão, os atores sociais desenvolvem diversas estratégias para ganhar acesso aos canais dos media, a fim de divulgar interesses e sinalizar necessidades, afirmar identidades, avaliar políticas públicas, ganhar adesão e apoio para a promoção de certas causas.

A mídia jornalística cumpre um papel estratégico ao contribuir para “[...] pré-estruturar a esfera pública, promovendo um diálogo público generalizado que informa” (MAIA 2008a, p. 18), de forma que os discursos produzidos por suas fontes e outros atores dos mais diversos campos sociais incidem e interferem diretamente sobre o discurso midiático. É possível inferir, a partir de então, que aqueles grupos com melhores condições de pautarem suas demandas no discurso jornalístico têm melhores chances de serem reconhecidos em suas peculiaridades, pois “[...] ativam a comunicação com os demais integrantes da sociedade” (SGORLA, 2010, p. 2), em detrimento daqueles grupos com menos condições.

De forma que somente com a publicidade proporcionada pela mídia, selecionando e enquadrando os diversos fatos sociais, é que se pode conceber um debate público de ideias, como diz Maia (2008a, p. 101):

Assim, pode-se pensar no espaço midiático de visibilidade como uma “arena”, ou um “palco” onde vários grupos sociais e instituições competem a definição e a construção de sentidos a respeito de questões-chave da vida pública. Contudo, os grupos sociais concorrentes não atuam no ambiente midiático de modo autônomo ou independente. Os profissionais da comunicação, como já apontado, são os responsáveis por criar visibilidade e /agenciar os discursos desses grupos e, também, por produzir interpretações dos fatos, construir narrativas, formular juízos e recomendações.

Por ser o campo que intermedia os discursos de outros campos, a exposição midiática se torna imprescindível para que haja reconhecimento. Entretanto, as demandas específicas de grupos não representados política e socialmente são frequentemente relegada a apagamentos, silenciamentos e reforço de estereótipos na cobertura da mídia jornalística, isso porque a visibilidade produzida pela mídia aciona também aspectos de ocultação e opacidade.

Locatelli (2014, p. 50), aborda a comunicação de massa no processo de constituição da visibilidade e discutibilidade e afirma que:

Ela define a visibilidade, no sentido de tornar os fatos e coisas visíveis e invisíveis, sua intensidade e duração. E também define em grande parte a discutibilidade, especialmente o que é ou não é discutível, quantos discutem, quem discute, a extensão, a duração, a eficiência e a decisão sobre e da discussão. Mas enquanto a discutibilidade depende do campo político e da sociedade civil, a visibilidade em certa medida está autonomizada no campo dos meios de comunicação de massa.

Barbalho (2008) aborda a relação entre cidadania, mídia e minorias hegemônicas e realça os aspectos de luta pela visibilidade e a importância desse espaço para tais grupos. O autor questiona “não seria a mídia ‘o lugar’ por excelência da luta minoritária?” (BARBALHO, 2008, p. 108), ao que responde: “portanto, a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim ela pode dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não a feita pela maioria.”

Temos então que o acesso à mídia é importante nas lutas sociais, pois possibilita o reconhecimento de grupos historicamente invisibilizados. A mídia é o “espaço no qual o sujeito quer ser reconhecido pelo outro” (CAMPANELLA, 2018, p. 08). E é neste sentido que a visibilidade midiática pode beneficiar as lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003), uma vez que é na mídia, sobretudo a jornalística, onde se articulam argumentos que embasam opiniões que circulam socialmente.

A imprensa, nas sociedades modernas, é um dos atores responsáveis por boa parte dos argumentos que circulam na esfera pública. Entretanto, na corrida pelo acesso aos meios de comunicação, grupos minoritários, como os quilombolas, indígenas e outros com pouca relevância política e social são excluídos ou sub-representados no discurso midiático. Conforme ressalta Martins (2006, p. 30) “o discurso da imprensa não favorece os grupos étnicos minoritários, antes ele opera, contribuindo, a seu modo, para o fortalecimento e a reprodução do racismo, na medida em que exclui ou minimiza a visibilidade desses grupos na cena pública”.

METODOLOGIA

Analisa-se o conjunto de materiais informativos e não informativos veiculados pelas versões impressas e *online* dos jornais *Folha de S.Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo* sobre o tema, no período de 03 de março a 03 de abril de 2019, a fim observar os 15 dias que antecederam a assinatura e os 15 dias posteriores a ela.

O percurso metodológico deste trabalho foi dividido em duas etapas: a primeira se refere ao acompanhamento sistemático dos jornais mapeados em suas plataformas online e impressas a fim de coletar materiais sobre a base de Alcântara e classificando-os quanto à data, gênero, formato, argumentos principais, sujeitos sociais, abordagens, tema predominante e a existência ou não de menção às comunidades quilombolas no texto.

As variáveis analisadas são *data*: dia em que o material circulou; *título*: a identificação nominal do material; *editoria*: em que seção temática do veículo o material foi inserido; *gênero*: a qual agrupamento de formatos (MARQUES DE MELO, 2016) o material pertence; *formato*: a manifestação da informação conforme sua estrutura; *abordagens*: as perspectivas mais exploradas no decorrer do texto; *sujeitos sociais*: diz respeito às fontes que emitem informações e opiniões; *tema predominante*: que aspecto

tem maior relevância na construção do texto; *quilombolas*: a simples menção ou não às comunidades quilombolas.

A segunda etapa dá conta da dimensão interna do material em que faz-se uma análise crítica do discurso (ACD), selecionando como recorte específico desta etapa os cinco materiais que fazem menção aos quilombolas a fim de verificar quem são os sujeitos de fala, como e sobre quais temas esses sujeitos se manifestam, porque falam e qual o impacto de suas falas.

A ACD proposta por Norman Fairclough (2008) considera o texto (falado ou escrito) enquanto discurso que é elemento formador das práticas sociais. Sua teoria social visa à identificação e superação de desigualdades sociais manifestas no discurso. Para Fairclough (2003, p. 185):

[...] a ADC é uma forma de ciência social crítica que é concebida como ciência social destinada a lançar luz sobre os problemas que as pessoas enfrentam por efeito das formas particulares da vida social; destinada igualmente a fornecer recursos, com os quais as pessoas se valem para abordar e superar esses problemas.

O modelo de análise tridimensional elaborado por Fairclough (2001) visa mapear as práticas textuais, práticas discursivas e práticas sociais, combinando teoria social à análise linguística em uma abordagem emancipatória de teoria do discurso.

DISCUSSÃO DOS DADOS

Durante o mapeamento dos materiais, foram encontrados 30 textos publicados pela *Folha de S.Paulo*, 57 materiais no *Estado de São Paulo* e 44 veiculadas pelo *O Globo*, totalizando 131 registros. Nos três veículos, o gênero informativo (que engloba os formatos notas e matérias) é predominante e representa 61% de todo o material coletado. Outro gênero que aparece com frequência é o opinativo (38%) e por último observa-se o interpretativo (1.5%).

Nota-se ainda que a abordagem que os veículos fazem ao falar do tema reflete o contexto da primeira visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos ao evidenciar elementos das relações internacionais, em 64% dos materiais. Outras abordagens, como a econômica (54%) e tecnológica (20%) também se destacam nos textos, complementadas por política (6,8%) ou a soberania nacional (6,8%). Aqui é

importante ressaltar que em um mesmo texto mais de uma abordagem pode ser acionada.

O encontro do presidente brasileiro com Donald Trump repercute inclusive nas seções destinadas pelos jornais aos textos. Na *Folha de S.Paulo*, os materiais aparecem mais vezes na editoria Mundo (30%) e Ciência (23%); no jornal *Estado de São Paulo*, a maioria dos materiais pertence às editorias Política (30%) e Internacional (26%); já no *O Globo*, há predominância de material na editoria Mundo, correspondendo a 61% dos dados desse veículo.

Quando mobilizam fontes, os jornais priorizam, em 44%, dos casos, a versão de um agente do governo e em menos vezes (5,3%) a de um especialista no assunto. Forças Armadas e agentes do legislativo aparecem ambos em 2,2% das vezes. Fato eminente observado nessa análise é que as comunidades quilombolas raramente aparecem na cobertura jornalística. Em apenas cinco registros, 3,8%, são feitas menções às comunidades remanescentes de quilombolas de Alcântara e somente em um registro (0,76%) são encontradas fontes ligadas aos movimentos quilombolas.

Em síntese, os materiais do gênero informativo são predominantes (61%), mas em 96,2% das publicações não houve qualquer menção aos quilombolas. A assinatura do AST com os Estados Unidos é tratada como uma questão ligada quase totalmente às relações exteriores, economia e tecnologia - aspectos mais destacados nos textos. De forma que é bastante presente nos materiais o endosso de fontes ligadas aos interesses governamentais; e em apenas um registro é dada voz a representações quilombolas.

ONDE ESTÃO OS QUILOMBOLAS?

Quanto aos materiais que fazem menção às comunidades quilombolas no contexto da assinatura do AST, foram encontrados quatro textos pertencentes ao gênero informativo e um texto interpretativo, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Materiais em que são encontradas menções às comunidades quilombolas

Material	01	02	03	004	05
Data	11/03/2019	16/03/2019	19/03/2019	22/03/2019	25/03/2019
Jornal / Plataforma	Folha de São Paulo / Online	O Globo / Impresso	Estado de São Paulo / Online	O Globo / Online	Folha de São Paulo / Online

Título	Após 20 anos de negociação, Brasil e EUA fecham acordo sobre base de Alcântara	Sucesso ainda não é garantido	Bolsonaro oferece trabalho aos quilombolas de Alcântara	Damarese diz 'muito assustada' com situação dos quilombos no Brasil	Em nova live, Bolsonaro evita nome de Temer e volta a falar de bananas do Equador
Editoria	Ciência	Mundo	BR18	Sociedade	Poder
Gênero	Informativo	Interpretativo	Informativo	Informativo	Informativo
Formato	Notícia	Análise	Nota	Notícia	Nota
Abordagens	Tecnologia / Relações internacionais	Tecnologia / Economia	Emprego aos quilombolas de Alcântara	Questões territoriais quilombolas	Político
Sujeitos sociais	Sérgio Amaral, embaixador brasileiro nos EUA	Roberto Maltchik, jornalista.	Presidente Jair Bolsonaro	Ministra Damarese Alves, Presidente Jair Bolsonaro, Fernando Prioste, advogado da ONG Terra de Direitos, Biko Rodrigues, coordenador executivo da Conaq	Presidente Jair Bolsonaro
Tema predominante	Acordo sobre a base de Alcântara	Acordo sobre a base de Alcântara	Acordo sobre a base de Alcântara	Mudanças ministeriais	
Quilombolas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: autores

O *material 01* foi publicado imediatamente após o anúncio pelo governo brasileiro da assinatura do AST. Os conflitos fundiários históricos em Alcântara são mencionados quatro vezes no decorrer do texto: a primeira cita a remoção de famílias em 1984; quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) questiona, em 2001, a instalação da base de Alcântara em terra quilombolas; cita a tomada de uma nova área quilombola ocorrida em 2003 por parte da base; e a última menciona a desistência, por parte do governo brasileiro, da ampliação da base sobre uma área quilombola, em 2008.

Apesar de mencionar conflitos territoriais envolvendo comunidades quilombolas e o CLA, o texto tem como sujeito de fala apenas o então embaixador brasileiro nos EUA, Sergio Amaral, que quando fala, aborda especificamente as vantagens do AST, que chama de “avanço relevante”. O ex-embaixador realça os aspectos comerciais e de cooperação internacional que considera importante. O texto não discute a situação das comunidades quilombolas ou a possibilidade do acordo, nem ouve quilombolas e seus representantes no processo de produção.

O *material 02* apresenta argumentos para a exploração comercial da base de Alcântara, como a economia nos lançamentos relacionada à localização privilegiada, mas apresenta o que chama de “desvantagens”: a tramitação do projeto no Congresso e questões fundiárias (local no texto onde se encontra a menção às comunidades quilombolas). O texto aciona a intertextualidade com os conflitos territoriais locais da década de 1980 ao mencionar que “há, contudo, um histórico de conflito fundiário” e traça uma perspectiva da abertura comercial do Centro de Lançamento de Alcântara, que “envolve a ampliação da área hoje disponível para lançamentos - avançando sobre a atual moradia dessas comunidades”. O texto problematiza superficialmente a o conflito entre comunidades quilombolas e base espacial, mas não dá voz aos quilombolas e seus representantes.

O *material 03*, publicado em 19 de março de 2019, pelo portal *BR18* – que consta nesse levantamento por ser uma plataforma de comentários de política e economia pertencente ao Grupo Estadão. O texto faz referência a uma rápida entrevista concedida pelo presidente Jair Bolsonaro em Washington - DC, capital dos Estados Unidos, na ocasião da primeira visita presidencial. A nota faz menção no título aos quilombolas de Alcântara e a promessa de emprego após obras da possível ampliação da base espacial por parte do governo federal e às constantes promessas de novas retiradas das famílias de sua terra: “As ameaças de remoções datam desde o fim do século 19”. Entretanto, o texto tem como único sujeito de fala o presidente da república e não se aprofunda nos aspectos das tensões territoriais vivenciadas em Alcântara no passado nem as que se desenrolam atualmente. Novamente, quilombolas e seus representantes não são ouvidos.

O *material 04* circula após encontro realizado no dia 21 de março de 2019 entre a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, e 15 lideranças

ligadas aos movimentos indígenas e quilombolas⁵. O texto faz referência ao atraso na titulação das terras quilombolas no Brasil e contraponto com a transmissão ao vivo do dia 19 de março de 2019, feita pelo presidente da república em que promete “oferecer aos quilombolas trabalho lá em Alcântara”. Os sujeitos de voz nessa notícia são ministra supracitada; Fernando Prioste, advogado da ONG Terra de Direitos; Biko Rodrigues, integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e o presidente Jair Bolsonaro.

A ministra concentra sua fala na defesa de que a Funai permanecesse sob a responsabilidade de seu ministério e não nos ministérios da Agricultura ou Meio Ambiente. Quando menciona a questão quilombola, a ministra trata de comentar a situação financeira precária do Incra e não se aprofunda na temática do AST ou os conflitos territoriais em Alcântara.

O advogado Fernando Prioste, que atua junto à Ong Terra de Direitos, que trabalha na promoção e efetivação de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca), se concentra na crítica ao governo pela ausência de uma política de desenvolvimento quilombola e no desconhecimento, por parte da ministra Damares, de informações pertinentes sobre a titulação das áreas quilombolas no Brasil, mas não aborda questões referentes ao AST ou às comunidades de Alcântara.

Biko Rodrigues, coordenador da Conaq, entidade representativa de parte significativa das populações quilombolas do país se manifesta no texto solicitando que o diálogo entre governo e representações quilombolas se mantenha, sob pena de denúncias contra o governo por não promover os direitos quilombolas. Novamente, não há menção ao AST e nem aos conflitos entre base espacial e comunidades quilombolas.

O presidente Jair Bolsonaro usa a palavra “problema” ao se referir às comunidades, que são tidas como um empecilho para a abertura comercial do centro de lançamento. A resolução seria resultante de uma ação do Ministério da Ciência e Tecnologia e simplificada na fala do presidente “nós queremos oferecer aos quilombolas trabalho lá em Alcântara”. Entretanto, a fonte não se aprofunda em debater qual a política de profissionalização e trabalho a ser desenvolvida.

O *material 4* é o único caso analisado em que representantes de comunidades quilombolas são ouvidos no processo de produção, entretanto, sua fala aborda temas

⁵ A reunião foi recomendada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU)

mais amplos relacionados aos direitos quilombolas e não direcionadas ao caso específico de Alcântara, ainda que o contexto seja apenas três dias após a assinatura do AST.

O *material 05* foi veiculado pela *Folha de S.Paulo* no dia 25 de março de 2019, após a transmissão ao vivo do presidente da república no Facebook em que faz uma promessa de trabalho aos moradores das comunidades em Alcântara. O texto realça a importância do acordo para a economia e apresenta a possibilidade de lançamento de “foguetes, mísseis e satélites” em Alcântara – mesmo que o AST não objetive a abertura da base para fins militares e sim para lançamentos comerciais.

O sujeito de fala é novamente o presidente da república, que utiliza seu espaço para comentar sobre diversos temas: sua viagem ao Chile, o ciclone que atingira Moçambique naquele mesmo dia; sua recém-realizada viagem aos EUA; a revogação da instrução normativa que permitia a importação de bananas do Equador; a prisão do ex-presidente Michel Temer; a reforma da previdência; e a divulgação do seu baixo índice de aprovação.

A referência aos quilombolas de Alcântara surge quando se fala do AST. O presidente tem esperanças que a Câmara de Deputados aprovará o acordo e justifica: “Queremos oferecer aos quilombolas trabalho lá em Alcântara”. Novamente não há aprofundamento ou contextualização das tensões entre quilombolas e CLA por parte da fonte, assim como não há quilombolas ou seus representantes como sujeitos de voz.

CONSIDERAÇÕES

É possível perceber que os veículos investigados realizam uma cobertura quantitativamente relevante do acontecimento. É disponibilizado um volume de 131 materiais informativos e não informativos no período de 30 dias analisado em suas plataformas impressa e *online*.

Os jornais tendem a enquadrar o acontecimento na grande maioria das vezes pela perspectiva das relações internacionais, dado o contexto da primeira viagem presidencial aos EUA e a possibilidade de acordos comerciais com outros países. Outros aspectos bastante explorados são os econômicos e tecnológicos. Por outro lado, verificou-se que os jornais investigados não abordam a assinatura do AST pela ótica dos quilombolas ou suas representações.

O mapeamento de fontes que constam nos materiais coletados mostra que quando os jornais acionam a fala de sujeitos, optam, em sua grande maioria, por membros do governo, Legislativo ou especialistas que corroboram a visão hegemônica. A cobertura não prioriza fontes ligadas aos movimentos quilombolas. Mesmo quando lideranças de Ong's e movimentos ligados aos direitos das populações quilombolas falam, não se aprofundam nos conflitos que se desenrolam naquela região.

Conclui-se assim que os quilombolas de Alcântara são invisibilizados e silenciados no debate gerado pelos jornais *Folha de S.Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo* sobre a assinatura do AST no período em questão. Na construção discursiva que o jornalismo *mainstream* faz para contribuir com a formação de uma opinião pública sobre o acontecimento em questão, os quilombolas de Alcântara ainda têm pouca relevância.

Permanece viva a lógica excludente com que veículos de comunicação atuam na formação da identidade negra no processo histórico e social do Brasil, desde a abolição aos dias atuais (PEREIRA e WHITE, 2001), reforçando estereótipos sobre as populações negras e aliando-se a interesses econômicos daqueles que mais frequentemente acessam e influenciam o campo midiático.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Base de lançamento de Alcântara ameaça território étnico**. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. (Org.). Direitos Humanos no Brasil 2001.. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos & Global Exchange, 2001, v. , p. 153-158.

_____. **Os quilombolas de Alcântara e base de lançamento de Alcântara**. Brasília: ed. 1 Ibama, MMA, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org). **Catálogo de fontes documentais e arquivísticas sobre comunidades quilombolas no Brasil**. UEMA / UEA - São Luis/ Manaus. 2016.

_____. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010**

BARBALHO, Alexandre. **Textos nômades: política, cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

CAMPANELLA, Bruno. **Em busca do reconhecimento midiático: a autorrealização do sujeito na sociedade midiaticizada**. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.22, n.1, jan/mar. 2019.

- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- _____. **El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales**. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (eds.). Métodos de análisis crítico del discurso. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 179-203.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HONNETH, A. **Lutas por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LEMOS, André (org). **Mídia.br**. Livro da XII Compós – 2004. Porto Alegre, Sulina, 2004.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LOCATELLI, Carlos. **O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidroelétricas**. Florianópolis: Insular, 2014.
- MAIA, Rousiley Celi M. **Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública**. In: Anais da XII COMPÓS: RECIFE/PE, 2003.
- _____. **Deliberação e mídia**. In: Mídia e deliberação / Rousiley C. M. Maia (coordenadora). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008a. 380p.
- _____. **A deliberação nos media**: apontamentos conceituais. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, PósCom-Methodista, a. 29, n. 50, p. 81-101, 2. sem. 2008b.
- MARQUES DE MELO, José. **Gêneros e formatos jornalísticos**: um modelo classificatório. Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. vol.39 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2016.
- MARTINS, André Ricardo Nunes. **Imprensa, minorias e análise do discurso** – um espaço de construção da democracia. In: Cadernos de Linguagem e Sociedade, 8, 2006/7.
- PEREIRA, Edimilson de Almeida; WHITE, Steven F. **Brasil**: panorama de interações e conflitos numa sociedade multicultural. In: Afro-Ásia n° 25-26, 2001, p. 257-280
- SGORLA, Fabiane. **A “visibilidade midiática”** - da “sociedade midiática” à “sociedade midiaticizada”. In: Revista Tecer - Belo Horizonte – vol. 3, nº 4, maio 2010.
- STTR. *et al.* **Carta de Alcântara ao Congresso Nacional**. Alcântara (MA), 2019. Acesso em 02 de julho de 2019. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Carta-ao-Congresso-Nacional_AST_Quilombolas-de-Alcantara.Junho2019.v2.pdf